

VOZ OPERÁRIA

ORGÃO CENTRAL DO PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO

Nº 134 - Maio de 1977 - Crs. 1,00

Editorial

Mais do que nunca, o momento difícil exige:

Firmeza nos princípios e flexibilidade na tática

Duas questões assumiram importância fundamental na situação política que se seguiu as reformas arbitrárias impostas ao País pela ditadura fascista, por ocasião do fechamento do Congresso. Como mais importante, a reação de diversos setores do conjunto de forças democráticas que, longe de se intimidarem ou caírem na apatia, ridicularizaram e manifestaram por vários meios a sua total rejeição ao «casuismo» unilateral das medidas. Por outro lado, e até mesmo como consequência desta reação, o descontrole que se alastrou no seio do regime, confirmando novos sintomas de seu declínio, na medida em que aprofunda a crise política, social e econômica da Nação a cada passo que dá em busca de saídas. E este é um fato muito importante.

No seu comentado editorial «A Nova Ordem» — do qual tratamos nesta edição — o JB dá o sinal para o abandono do barco quando diz: «O novo ordenamento político que se dá no País (...) é mais centralizador, mais autoritário e mais frágil, em toda a imponentia de sua armadura constitucional».

Não é demais, portanto, lembrar que hoje são os próprios beneficiários do falecido «milagre» que afirmam aquilo que os comunistas já dizem há algum tempo sobre o caráter fascista do atual Estado brasileiro e, mais recentemente, sobre o isolamento crescente que marca o declínio histórico deste regime.

Mas tal constatação não deve dar terreno a ilusões de que a ditadura esteja à morte. Longe disso. O seu aparato repressivo é ainda bastante poderoso para dar cobertura a uma «reforma das reformas», ou para garantir uma escalada de violência capaz de impor recuos sérios, mesmo que temporários, à oposição em seu conjunto.

Há, no entanto, o outro lado. É inegável que a ascensão do movimento de opinião pública que exige o fim do regime de arbítrio e terror começa a criar condições objetivas para a sua transformação em um real movimento de massas. E isto trará profundas consequências no encaminhamento favorável das lutas, tanto mais importantes na medida em que essa transformação se faça sentir mais permanentemente em fatos concretos.

Já dissemos várias vezes, e não consideramos demais repetir, que, em todos os momentos que as massas se mobilizaram e ocuparam as ruas em função de palavras-de-ordem justas e oportunas, a ditadura foi obrigada a recuar. O que se deve ter em conta, portanto, neste momento complexo, é que as plataformas de luta imediata sejam realmente unitárias, amplas, capazes de congregar não só os democratas consequentes, mas também os setores sociais objetivamente prejudicados pelo regime, embora até aqui sejam por ele influenciados ou neutralizados. Da luta por temas específicos ao combate mais geral dos dias atuais, isto é, o combate para liquidar o regime e estabelecer um clima de democracia plena, a oposição tem que encontrar os caminhos para arregimentar e organizar suas forças naturais. Estas forças têm por base a classe operária, chegando a setores do empresariado, e passando, obrigatoriamente, por uma parte das Forças Armadas.

Aos comunistas cabe, então, a tarefa de impedir as ações aventureiristas que só podem servir às manobras da ditadura; ao mesmo tempo em que se empenham no estabelecimento de contatos entre os diversos setores das forças democráticas, buscando a unidade permanente, ação coordenada, e a mobilização das massas.

Unidade para a democracia: a chave da leitura dos documentos do PCB

Os recentes documentos aprovados pela direção do Partido Comunista Brasileiro — a «Declaração» da Comissão Executiva reunida em janeiro (ver V.O. n.º 131), assim como a «Resolução Política» e o «Manifesto à Nação» adotados na reunião plenária de março do Comitê Central (ver V.O. n.º especial de abril de 1977) — representam contribuição decisiva para uma análise aprofundada do processo político em curso no Brasil de hoje. E, precisamente por isso, fornecem uma segura indicação para a atuação não apenas dos comunistas, mas de todas as forças antiditatoriais de nosso País.

Essa análise parte de uma correta caracterização da natureza do regime que oprime nosso povo e do instrumento político que está chamado a derrotá-lo. Nesse sentido, os atuais documentos continuam e aprofundam as linhas gerais traçadas nas Resoluções Políticas aprovadas pelo CC em 1973 e em 1975. Os comunistas consideramos como fascista o atual regime brasileiro (ou seja, como uma ditadura terrorista aberta a serviço do capital monopolista nacional e, sobretudo, internacional); e, a partir disso, julgamos que o instrumento mais adequado para a sua liquidação é a formação de uma ampla frente antifascista e patriótica, da qual faça parte o conjunto das forças sociais e políticas interessadas na implantação da democracia em nosso País e na resolução progressista e efetivamente nacional dos grandes problemas vividos atualmente pelo povo brasileiro.

A justeza dessa análise encontra sua confirmação prática nos êxitos concretos que a política unitária dos comunistas e de outras forças da oposição obteve nos últimos tempos e que são registrados e avaliados nos documentos de que estamos tratando. Antes de mais nada, deve-se levar em conta os resultados das eleições de novembro de 1976, que — como diz a «Declaração» da CE — «constituem uma demonstração da força crescente da oposição». Verificando-se no quadro de um agravamento das contradições econômicas, políticas, sociais e ideológicas, o fortalecimento da oposição conduziu a uma situação que a última «Resolução Política» do CC caracteriza do seguinte modo: «A ditadura começa a apresentar uma série de brechas e se torna, assim, cada vez mais instável, vulnerável e também enraivecida».

Com aguda capacidade de previsão, o plano do CC — concluído antes das reformas políticas impostas pela ditadura — já advertia os comunistas e os democratas para «a necessidade de estarem atentos para as mudanças mais ou menos bruscas que podem ocorrer no panorama político do País». E isso, prossegue no documento, «seja para impedir a acomodação e passividade, seja para evitar a precipitação e a aventura».

A importância essencial dessa luta em duas frentes — contra a passividade oportunista e contra o aventureirismo irresponsável

— ganha plena atualidade nos dias de hoje, após os episódios que levaram o fascismo a uma nova tentativa de conter, pelo recrudescimento do arbítrio, o avanço das forças opositoras e a crescente desagregação de sua base social de apoio. Mas o fato de que essa tentativa tenha encontrado agora resistências bem maiores que, em seu tempo, aquelas encontradas pela decretação do AI-5 — basta pensar aqui na atitude firme e unitária do MDE e da Igreja Católica, mas inclusive na resposta de periódicos conservadores como o *Jornal do Brasil* e o *Estado de São Paulo*, — esse fato indica que os comunistas têm inteira razão quando caracterizam o período que vivemos como um período de avanço da oposição e de isolamento da ditadura. A possibilidade que tem o fascismo de contra-atacar, e de contra-atacar com violência, não anula a correção dessa análise, embora — como diz a «Declaração» — deva nos prevenir contra a ilusão de que «a ditadura esteja moribunda».

Mas a possibilidade de conservar a correlação de forças atual, marcada por esse avanço tendencial da oposição, depende essencialmente da manutenção e do aprofundamento de uma política unitária. E em torno dessa política, da avaliação do que já se conquistou e da indicação do que ainda se deve conquistar no sentido da unidade, que se articulam os recentes documentos da direção do PCB. Em quase todos os parágrafos da «Declaração», da «Resolução Política» e do «Manifesto à Nação», reaparece a palavra *unidade*: ela é a chave para compreender a política atual dos comunistas, a proposta concreta que eles apresentam ao País no momento em que a crise do regime militar-fascista aguçada e torna insuportáveis todas as contradições vividas cotidianamente pelo povo brasileiro.

A unidade que propomos se articula em torno da liquidação da legislação fascista e da criação em nosso País de um regime efetivamente democrático. Os comunistas estão convencidos de que essa tarefa — que implica na resolução de problemas seculares, que o fascismo só fez agravar e ampliar — é uma tarefa que cabe a todo o povo brasileiro. «O processo de construção da democracia brasileira — diz o «Manifesto» — não pertence, isoladamente, a nenhum grupo, classe ou setor de nossa sociedade». Por julgar que muitas das forças que deram seu apoio ao golpe de abril compreenderem hoje o caráter antidemocrático e antinacional dos governos que dele derivaram e se dispõem a buscar soluções alternativas, os comunistas não hesitam mesmo em colocar abertamente a questão da «reconciliação nacional». Mas é evidente que não entendem essa reconciliação como capitulação diante da ditadura e de suas manobras demagógicas.

Nesse sentido, a «Declaração» da CE não podia ser mais clara: «Não discordamos, assim, da pacificação do País. Não somos re-vanchistas... Mas a reconciliação nacional

só poderá realizar-se com a plena vigência das liberdades democráticas e a consequente garantia dos direitos dos trabalhadores». Não por mesquinhos interesses grupistas, mas por causa dessa concepção pluralista da democracia — que deve dar expressão plena a todos os grupos sociais, em particular à classe operária e aos trabalhadores do campo e das cidades, «que criam as riquezas do País e que mais duramente sofreram com a ausência de democracia nos últimos anos» (cf. o «Manifesto») — é que os documentos exigem a plena legalização do PCE, do partido da classe operária e dos trabalhadores, concebida como condição e como índice da plena conquista da democracia em nosso País. E não se trata apenas de reconhecer um direito histórico adquirido, ou de ser coerente com o espírito democrático; todos os «acordos» baseados numa discriminação anticomunista são objetivamente expressão de manobras visando dividir a oposição e, desse modo, perpetuar os mecanismos antidemocráticos do atual regime.

E só por má-fé pode a discriminação anticomunista se apoiar hoje nos surrados chavões de que o PCE é um partido antidemocrático. Estaria um exame sem preconceitos de nossa história para demonstrar o ridículo dessa suposição. Mas é interessante observar como a recente «Declaração» da CE reafirma o vínculo entre socialismo e democracia, um vínculo que há muito faz parte do patrimônio ideológico do nosso Partido: «Por princípio, e precisamente por sermos partidários da transformação socialista do Brasil, sempre lutamos pelas liberdades democráticas e pelos interesses dos trabalhadores. Vemos na democratização da vida nacional, na incorporação das massas de milhões à vida política do País, o meio para realizar as grandes reformas históricas que abrirão, no Brasil, o caminho para o socialismo». Por isso, a «Declaração» reafirma que a democracia não tem para nós um valor puramente tático, mas representa uma opção igualmente estratégica: «A convergência que agora estimulamos e a coligação antiditatorial que propomos para liquidar a ditadura militar-fascista não têm apenas um caráter tático. Seus objetivos são mais amplos. É preciso que elas se projetem no futuro e que se transformem, após a queda do fascismo, numa aliança também para solucionar graves e antigos problemas nacionais... Precisamos então evitar que as forças antifascistas e patrióticas se dividam e se dispersem, e debilitam dessa forma o esforço do povo para extinguir as raízes da reação e construir um regime democrático avançado». E nesse mesmo sentido, que a «Resolução Política» concebe a frente antifascista e patriótica como instrumento capaz de transformar a liquidação do fascismo num movimento de grande envergadura, numa verdadeira revolução antifascista e democrática.

Desse modo, os recentes documentos do PCE não confirmam apenas a lucidez de suas análises concretas sobre a atual situação concreta brasileira. Mais que isso, indicam a amplitude de suas concepções democráticas e socialistas, que fizeram dele uma força profundamente enraizada no passado do País, mas que ao mesmo tempo lhe garantem a certeza de uma decisiva participação nos rumos do nosso presente e do nosso futuro como nação.

Josimar Teixeira

O impasse histórico continua. Não há saída com o fascismo

O impasse político, social e econômico em que está mergulhada a Nação continua. E vai continuar, independentemente das medidas violentas, ou das proposições de reforma das reformas que a ditadura venha a apresentar, porque sua causa está na essência mesma do regime: em seu caráter fascista, a serviço das multinacionais e dos grandes monopólios nacionais.

A verdade é que a cada dia se confirma de forma mais evidente a análise que os comunistas vêm elaborando sobre as características que marcam a realidade brasileira de nossos dias. Por um lado, um poder onde a incompetência, a corrupção e o arbítrio não conseguem esconder seu declínio histórico. O fato é que a violência, que dá a tônica de seus passos atuais, não consegue ocultar os sinais de sua vulnerabilidade e decomposição passou a ser admitido mesmo por setores que supostamente deveriam apoiá-lo.

Por outro lado, a ascensão do movimento de opinião pública nacional, que se manifesta abertamente pelo fim da legislação de exceção e pelo estabelecimento de um clima de plenas liberdades onde o debate seja a forma de se chegar ao consenso sobre os caminhos de um desenvolvimento realmente independente, dia-a-dia vai se transformando em movimento de massas. Ainda débil, é verdade. Com baixo nível de coordenação e de iniciativas solidárias entre seus diversos setores. Mas inegavelmente em progresso.

Nesse quadro, mais do que nunca vale tomar em conta a advertência da última Resolução Política do Comitê Central do PCB. Principalmente pelas indicações visando a dar «à nossa ação a firmeza e flexibilidade necessárias, seja para impedir a acomodação e a passividade, seja para evitar a precipitação e a aventura». E a razão é simples: a situação é complexa, pois é justamente a fragilidade crescente do regime que lhe empresta um perigo especial. Suas principais avançadas de poder estão em mãos que não vacilam em recorrer ao crime para garantir os privilégios dos interesses a que servem. O sequestro, a tortura e o assassinato de democratas nestes últimos anos confirmam que, do truculento Falcão ao sofisticado Golbery, não haverá hesitação para a escalada da violência que considerarem necessária como forma de impedir o avanço das forças democráticas. A iniciativa poderá, no entanto, lhes ser tomada, na medida em que a organização das forças democráticas se dê de forma que não permita a rearticulação das forças que sustentam o regime.

FIRMEZA FLEXIBILIDADE

Mais do que nunca se impõe às forças democráticas uma apreciação correta da relação firmeza/flexibilidade. Processo eleitoral, futuro do MDE, debate sobre a Constituinte, divórcio, posição ante as Forças Ar-

madas, desenvolvimento das lutas estudantis, todos estes são temas candentes na etapa atual, para os quais todos os setores sociais — e fundamentalmente a classe operária — devem ser sensibilizados. São questões que, se bem conduzidas, se constituirão em fatores de arregimentação das forças necessárias para impedir que a iniciativa se mantenha tão facilmente nas mãos da ditadura, e para que se dê os passos seguros no caminho daquilo que se constituirá na vitória mais importante no momento: o fim do regime fascista e o estabelecimento de um regime de liberdades democráticas plenas.

Sobre todos esses pontos, os comunistas têm que levar sua palavra ao conjunto de forças democráticas ao se empenharem para a solidificação dos contatos permanentes entre os seus diversos setores. Uma palavra que antes de tudo se pautar na necessidade absoluta de buscar a unidade em torno do fundamental, e de impedir que a inconsequência ou a irresponsabilidade dêem à ditadura aquilo que ela mais ambiciona nesta hora: a possibilidade de dividir a oposição. Para tanto, uma afirmação seria a base de qualquer trabalho: nenhum meio legal de luta conquistado deve ser abandonado. É o regime que deve se desgastar entre suas próprias bases com as medidas antipovo e antinacional que venha a tomar.

NOSSA OPINIÃO

O MDE deve se manter? Sim. O fim do recesso do Congresso mostrou que, embora gozado em suas possibilidades, a oposição nele seiu fortalecida diante da Nação, aumentando sua importância como representação política legal antiditatorial. Por que não defender o alargamento de sua implantação, na medida em que ela realmente se constitua num fator de organização das massas?

Participação nas eleições? Por que não? Os comunistas já mostraram numerosas vezes que a participação no processo eleitoral não é vista como um fim em si, porque são conscientes das limitações impostas. Mas consideram um crime se abster de um debate político que mobilize, obrigatoriamente, 40 milhões de brasileiros.

Este raciocínio é extensivo à questão da atividade sindical. Independentemente da demagogia do ditador por ocasião do 1º de Maio, todo o País tomou conhecimento de que até mesmo os líderes sindicais presentes às farsas promovidas pela ditadura são obrigados a tomar pública a posição hostil à política do regime com relação aos trabalhadores. E se não fazem isto por convicção, o fazem para ter um mínimo de representatividade diante da pressão das bases dentro do sindicato através de uma oposição ou apoio militantes. A quem serve tirar os trabalhadores do sindicato? A quem serve colocá-los na mira de uma repressão «legalizada» pelo arbítrio se não aos que se interessam

lançar a massa na apatia para melhor controlá-la?

Outra questão viva está no debate sobre a Constituinte, já público. Desde o seu VI Congresso, o PCB marcou sua posição ao considerar que sua convocação é uma necessidade na solução do impasse político que a Nação vive desde o golpe de 64. Mas entendemos que há que ser uma Constituinte eleita por sufrágio universal e direto, realmente representativa do conjunto de forças sociais do País, sem discriminações contra nenhuma corrente de pensamento. Porque só assim ela terá autoridade real para encontrar soluções acertadas para os graves problemas do povo brasileiro.

Mas é basicamente nas questões sobre as Forças Armadas, sobre o divórcio e sobre o movimento estudantil — pelo que guardam em si como fatores de divisão — que a relação firmeza/flexibilidade merecem uma atenção ainda mais permanente. Para a oposição, não pode haver dúvida que o limite do campo das forças democráticas passa obrigatoriamente pelo seio das Forças Armadas, embora se pretenda desmentir tal afirmação com o argumento de atual preparação ideológica pró-fascista a que seriam submetidos os militares. Isto é real, mas ao lado de outra realidade não menos importante: a de estarem submetidos aos problemas e às contradições que se desenvolvem no seio da sociedade em que vivem. São maridos, são pais e são irmãos. Há os que se ocupam nas diretorias das empresas estrangeiras que dominam a nossa economia, mas há uma outra parte, a maior, junto ao contingente, revoltada por se ver transformada em capitão-do-mato da ditadura. No entanto, esta não se manifestará enquanto a correlação de forças sociais não mostrar uma superioridade das forças democráticas.

No tocamento ao divórcio e à ascensão do movimento estudantil — este último reafirmando a sua tradição de lutas ao lado do povo — é preciso uma atenção dobrada quanto à oportunidade de cada ação e contra a atividade dos provocadores. O divórcio não é uma questão de consciência somente agora. Ele sempre foi, e os comunistas sempre o afirmaram. Mas por que justamente nestes tempos de ditadura ele se torna tão facilmente legalizável? Já mais ninguém pode desconhecer que o alvo é a Igreja, dentro da estratégia da tentativa de divisão das forças democráticas.

Um moléculino comparável, embora não semelhante, deve ser levado em conta para a luta do movimento estudantil. Com as reivindicações assumindo cunho político, e saindo dos limites do específico do setor, a menbra da ditadura, será a de sempre: incentivar os menos experientes — utilizando os «infiltrados» — para jogá-los em posições que levem à radicalização das palavras de ordem e ao consequente isolamento das grandes massas. O combate não deve ser tímido, mas realista; com consciência das limitações do quadro atual. Deve estar fundamentalmente voltado para as posições reais de resistência, capazes de empolgar a totalidade de setor e de servir de abre-alas para a mobilização popular. Firmo em torno dos objetivos democráticos, flexível diante das possibilidades, e atenta contra a provocação e a divisão, eis os eixos de luta para a oposição em seu conjunto.

M. Silva

Ideias velhas para táticas novas de divisão

A história começou no ano passado com o falso dilema estatização/ fascismo contra privatização/ democracia. Não pegou porque o povo brasileiro já está vacinado contra grande empresário que fala em defesa das liberdades. A coisa agora recomeça em novo enfoque. Mais sofisticado, mas com mesmo fim: liberdade para quem lucra, e restrição contra os direitos de quem trabalha.

O discurso pronunciado pelo deputado Faria Lima e divulgado pela imprensa é um pronunciamento que merece reflexão e análise cuidadosas por parte das forças políticas que se batem hoje no Brasil visando à implantação de um regime democrático. Ali estão expressas, com nitidez, algumas das idéias centrais de setores ponderáveis do empresariado, além de se misturarem conceitos e proposições de modo a deslocar o debate do seu terreno real.

O agravamento da situação econômica, concomitante ao desenrolar da crise política, produziu um efeito curioso, e mesmo paradoxal, não houvesse uma evidente intencionalidade (e má fé) de alguns setores dominantes de produzir este efeito. As coisas são apresentadas da seguinte maneira no discurso do Sr. Faria Lima: o governo asfixia a livre empresa e impede o exercício do sufrágio universal. Quem deve ser responsabilizado por tantos malefícios? Os tecnocratas e os burocratas audaciosos (sic) que necessitam de um sistema de arbítrio para implantar o capitalismo de Estado.

A falta de democracia existente no País, o clima de terror e repressão sistemática, tudo isto é parte de um plano satânico e maquiavélico: tratar-se-ia de fortalecer o setor público da economia, e para que tal aconteça seria preciso destruir a democracia que é defendida, no quadro desta estranha lógica apresentada à Nação, pelos empresários e outros partidários da livre-empresa. E o mais fantástico de tudo, é que os comunistas são associados (objetiva ou subjetivamente, pouco importa) a este empreendimento daninho, na medida em que tais burocratas se esmerariam em aplicar idéias conti-

das na Resolução de Março de 1968, em que o PCB emite conceitos sobre o capitalismo de Estado.

É um pouco difícil tentar pôr as coisas no lugar diante de tanta incoerência. A questão da democracia, para o deputado em questão, reduz-se à escolha indireta dos governadores dos Estados e de um terço do Senado. O problema do AI-5, base do regime, não deve ser levado em conta, e é equiparado a uma «fantasia» (sic), sobre o qual não temos que discutir. Por que deputado? Pois não é exatamente o AI-5 que permite à ditadura (e não aos burocratas audaciosos) mudar as regras do jogo a cada momento, segundo sua conveniência? A fórmula sugerida, implicitamente, pelo sr. Faria Lima é muito cômoda: mantenha-se o AI-5 e realize-se eleições. Caso haja desmandos (o que significa: caso as massas populares irrompam de maneira inconveniente no processo político), aplique-se o Ato e tudo voltará à normalidade.

Infelizmente para a sua argumentação, deputado, o AI-5 não é uma fantasia. Ele é o que de mais concreto existe na vida política e institucional do País.

Tentar ligar os comunistas, mesmo utilizando a mediação do capitalismo de Estado, ao arbítrio e à repressão típicos do regime brasileiro, se já não fosse considerado o ridículo que tal insinuação assumiria diante da opinião pública nacional, resultaria no mínimo de uma grosseira e indistigável má-fé.

Antes de tudo, porque fomos os primeiros a denunciar o caráter real do golpe de 1964, ao mesmo tempo em que condenávamos o povo à luta pelo restabelecimento da democracia. Além do mais, deputado, como atestam os próprios índices oficiais sobre a concentração de renda, não foi a classe operária quem se beneficiou da política econômica de maior dependência ao imperialismo que se instalou desde então.

Mas sobre isto, é desnecessário prolongar a argumentação. Isto teria sentido em interpretações, e o que afirmamos acima são constatações que o povo brasileiro não esqueça.

Seu discurso, o tomamos fundamentalmente para notar como as idéias do PCB sobre a realidade nacional são utilizadas

ultimamente nas citações distorcidas de tantos quantos joguem um papel importante na defesa do que este regime tem de mais espúrio, mesmo que disfarçando suas concepções em demagógicas fantasias liberais.

Mas é muito complicado sofismar quando a realidade se apresenta de forma clara para a Nação: de um lado, a ditadura com idas-e-vindas em seus projetos, onde a única constante é a necessidade de submetê-los aos privilégios do capital estrangeiro. Do outro, os comunistas que se transformam cada vez mais num polo em torno do qual se aglutinam os descontentamentos e as esperanças do povo brasileiro.

Tentar desviar estes descontentamentos para cair na defesa da livre empresa e do capitalismo não é, seguramente, a melhor maneira de interpretar os anseios da população, como pensou fazer o deputado Faria Lima, e os que demagogicamente frequentam a mesma área de raciocínio.

PARTIDOS

55 anos do PCB

O discurso do deputado comunista Veiga de Oliveira na Assembleia da República; em Portugal, e a mensagem dos companheiros do Comitê Central do PC Francês são bem a síntese da tônica de solidariedade presente nas cartas enviadas pelos Partidos-irmãos que conseguiram se comunicar com nossa direção até a data da comemoração do 55º aniversário do PCF.

O primeiro nos honra ao afirmar que apesar das perseguições impiedosas e dos golpes de repressão fascista, o PCF tem sabido reforçar sempre sua ligação com os trabalhadores e as massas populares do Brasil, tem sabido conduzir as lutas do povo contra a opressão e pela independência nacional, enquanto que os companheiros do PCF manifestam que a classe operária de nosso País conhece e apoia a luta corajosa que desenvolve o Partido Comunista Brasileiro nas duras condições que sofre depois de 13 anos. Ela sabe o papel que ele joga no movimento que cresce unindo todas as forças políticas e sociais do Brasil pelas liberdades, a democracia, a defesa do nível de vida dos trabalhadores e do povo, e pela independência nacional.

Até o dia 25/3 nos haviam chegado as mensagens do Partido Socialista Unificado da RDA, do Partido Operário Unificado da Polónia, do Movimento Popular de Libertação de Angola, do Partido Comunista do Chile, do Partido Comunista do Uruguai, do DKP (Alemanha Federal), do Partido Comunista do Vietnã, do Partido Comunista Rumeno, do Partido Comunista dos Estados Unidos, do Partido Comunista da Venezuela, do Partido Comunista do Canadá, do Partido Comunista da Tchecoslováquia, do Partido Comunista Português e do Partido Comunista Francês.

BASTA AO DOMINIO DAS MULTINACIONAIS!

IDEIAS

A questão da democracia no Brasil de hoje

O caráter prioritário da questão democrática na realidade atual - Não há casuismo nas medidas da ditadura fascista na medida em que sua ação é dirigida tendo em vista uma estratégia coerente com sua própria natureza antipovo e antinação. É no fim do AI-5 que começa a verdadeira solução.

O agravamento constante da crise política brasileira, que as últimas medidas governamentais só fizeram acentuar, coloca a questão da democracia como central na vida do País. Desde há algum tempo, multiplicam-se os pronunciamentos, soluções são apontadas, num esforço evidente de corrigir ou substituir o «modelo» político existente por outro que se revele capaz de garantir um nível razoável de estabilidade institucional. A busca de fórmulas que se traduzam na existência de um «estado de direito» parece ter-se tornado a constante do universo político brasileiro nos últimos tempos; e o casuismo do regime, na opinião de alguns setores, passou a ser subitamente apontado como a fonte de todos os males que afligem o Brasil.

Tentemos examinar, de modo um pouco mais sistemático, o conteúdo real das críticas e das proposições, a partir da noção de democracia, tal como ela aparece no pensamento político dos comunistas. Antes de mais nada, é preciso ficar claro que o que está errado no Brasil não é o casuismo do regime: é o fato mesmo deste regime existir. É daí que derivam todas as contradições, e é deste ponto que deve começar qualquer análise da situação política que atravessamos. Afinal de contas, o que pode haver de chocante no fato de um regime que marginalizando as massas da vida política procura sistematicamente esmagar o conjunto de oposições, e mudar as «regras do jogo» a cada momento, segundo as suas conveniências? O que deve chocar neste quadro não é a mudança das «regras do jogo» mas sim o tipo de relacionamento que existe entre o regime e o conjunto da sociedade brasileira (e não só com as forças de oposição). Estranho casuismo esse, o brasileiro: só funciona unilateralmente, ou seja, contra os setores democráticos, no sentido de restringir ainda mais os limitados «espaços» existentes. Não há um só exemplo, na história da ditadura desde 1964, de uma mudança que viesse favorecer o restabelecimento da democracia no Brasil. Recoloca-se, assim, a questão: o que está errado? É o regime em si mesmo ou o casuismo, que

a estreiteza da base social do Estado brasileiro nesta fase de sua existência obrigatoriamente engendra?

Parece-nos que a resposta é óbvia. Num sistema político como o brasileiro, o quadro institucional, por não incorporar nem obter o consenso tácito ou passivo da esmagadora maioria da população, é necessariamente função do arbítrio e autoritarismo, e está sujeito a mudanças frequentes cuja unilateralidade é determinada pela natureza fascista do regime. Assim, a cada momento que o regime se sente ameaçado pelo crescimento das correntes democráticas, a sua resposta natural é o fechamento de mais «espaços» ao nível institucional. Torna-se, portanto, claro que o propalado casuismo do regime brasileiro é substancialmente diverso daquilo que se entende normalmente por casuismo: ausência de doutrina e decisões adaptadas a cada situação concreta. Há uma doutrina constante no regime brasileiro, que não varia diante das diversas situações que o desenvolvimento da vida política cria: doutrina e decisões são permanentemente antidemocráticas.

No bojo das críticas às alterações que o quadro institucional vem sofrendo, existe a preocupação implícita ou explícita de criação de um sistema estável, que muito frequentemente surge sob o rótulo de «estado de direito». A noção, tal como aparece, é algo confusa, e necessita de um detalhamento maior. Em primeiro lugar, um «estado de direito» não é necessariamente democrático; isto depende, e vale a pena repisar aqui velhas noções que muito frequentemente são esquecidas, de quem le a que interesses obedecerá) formulou o «direito» que fornece a base legal ao «estado» em questão, e também de quem é reconhecido por este «direito» como fazendo parte plena e legítima do «estado» que se quer re-ordenar juridicamente. Isto significa que não adianta, que não resolverá a crise política brasileira, elaborar um compromisso entre as diversas frações dominantes, do qual se tente governar, se as massas populares forem mantidas à margem deste processo de elaboração. Já é bastante duvidoso que um compromisso possa ser encontrado atualmente, as linhas de clivagem entre as diversas formações políticas em presença sendo bastante profundas para impedir que isto se dê.

Mas esta não é ainda a questão central. O que precisa ficar claro é que a democracia não pode ser concebida de maneira formal, ou seja, como um processo técnico que se esgota num conjunto de normas e procedimentos universalmente reconhecidos e acatados, e que retiram sua legitimidade da adequação aos tratados do Direito Constitucional. É evidente

que a democracia é isto também, ou melhor, ela deve traduzir-se neste conjunto de normas e procedimentos, mas não pode encontrar-se aí o ponto de partida para sua construção. O que é fundamental hoje no Brasil é a discussão de quais são as forças sociais que devem estar presentes na formação do «estado de direito». Ao tipo de democracia apontado acima, os comunistas opõem a noção de um sistema democrático cuja estabilidade decorre da incorporação e do reconhecimento dos interesses das mais amplas camadas da população ao processo político. Ao formalismo legal e abstrato que transforma a letra fria da lei no «deus ex machina» da vida social, contrapõe-se a idéia de uma democracia viva que não restrinja, mas ao contrário, alargue as bases sociais do Estado, permitindo, desta maneira, uma ampla participação política, e garantindo por forma mesma desta participação a manutenção do regime democrático. A instabilidade do regime político brasileiro é vista, nessa ótica, como resultado da exclusão arbitrária do povo no processo político. E tradicionalmente, na História do Brasil, é preciso repetir, os golpes de força e as ameaças ao regime democrático não vieram das camadas populares, e sim das classes dominantes. A participação popular não é fator de instabilidade, este é outro mito de nossa história política que precisa começar a ser desfeito.

A democracia que nasce atrás do consenso exclusivo das classes dominantes é forçosamente frágil, seja ela corporificada num «estado de direito» ou não. E a sua fragilidade resulta do fato de que as diversas frações e grupos que compõem as classes dominantes passam a não ter compromissos senão com os próprios interesses, facilitando, deste modo, a rutura do acordo básico que levou à constituição de tal Estado. Aumentar o número de participantes do processo político é criar compromissos, é estabelecer «regras do jogo» implícitas, que amarram ou dificultam de muito qualquer saída antidemocrática. É teoricamente fácil resolver uma crise apelando para a violência e a ditadura, como foi até agora o procedimento de frações ponderáveis das classes dominantes brasileiras. O difícil é recorrer a estes mesmos métodos quando as massas são atores plenos e legítimos e, a partir das posições conquistadas, obstam, travam e derrotam as saídas que apontam para o caminho institucional da ditadura. Um processo político restrito cria as condições de sua própria instabilidade: no jogo da democracia brasileira são as camadas populares que precisam tutelar as classes dominantes, pois, a partir destas, a liberdade ainda não conseguiu florescer.

P. Gonçalves

«Exame de História» racista e anticomunista

A presença do marxismo na África inquietada irrita os conservadores. A imitação pode chegar mesmo ao assassinato dos líderes políticos africanos que assimilam do marxismo algumas ideias de alto poder «explosivo», como se viu nos casos de Patrice Lumumba e Amílcar Cabrel, entre outros.

Em seu editorial intitulado «Exame de História», o *Jornal do Brasil* do dia 10 de abril resolveu engressar o coro dos irritados. Num tom que não desagradaria aos falélicos Hitler e Mussolini, o veterano matutino carioca se pergunta o que teriam a ver os países africanos — esses países de «nível terciário», «agraciados» com o título de nações», mal saídos do estágio de organização tribal» — com o marxismo.

Assumindo ares de professor de história, o editorialista do JE explica que a «pretenção científica do marxismo» nasceu na Europa e que Marx, concebendo o socialismo como o «coroamento» do processo produtivo, previa sua implantação nos países de maior adiantamento tecnológico, como a Inglaterra e a Alemanha. O fato mesmo de suas ideias terem sido acolhidas na Rússia atrasada (através de um «golpe de Estado», segundo o JE!) e influírem hoje em países pouco desenvolvidos constitui um vigoroso desmentido às concepções do «futurólogo» (?) Marx. O marxismo não teria passado no exame de história.

Mas convém-nos examinar mais detidamente as questões propostas pelo «examinador» (no caso, o JE).

Marx não foi e nunca pretendeu ser um «futurólogo». Se, em alguns momentos, analisando a situação histórica concreta na Inglaterra e na Alemanha, ele manifestou esperanças que não se concretizaram, também é verdade que, no último período de sua vida, analisando a situação da Rússia, ele afirmou repetidas vezes que, no seio da sociedade tsarista, estava sendo gerada uma grande revolução social. E esta previsão — afinal — deu certo.

A lógica da história, tal como Marx a via, deveria ter conduzido a uma revolução socialista nos países onde o nível das forças produtivas era mais elevado? É uma questão interessante. Mas não é nova: desde que inspirou uma resposta *revisionista* a Bernstein no final do século passado, a questão tem sido amplamente discutida nos círculos marxistas. Os marxistas foram levados a distinguir muito claramente entre a tendência geral, lógica, necessariamente abstrata, da crise do modo de produção capitalista considerado como um sistema, e as tendências mais concretas que se manifestam no interior da evolução de cada sociedade capitalista, individualmente analisada.

Mais tarde, a distinção entre o movimento do capital e o movimento de cada uma das sociedades capitalistas ainda se tornou mais clara. O capitalismo, como sistema, ingressou na sua etapa imperialista; mas as sociedades capitalistas mais desenvolvidas,

O *Jornal do Brasil* se irrita com o fim do colonialismo e a afirmação das novas repúblicas populares da África. O *Jornal do Brasil* se irrita com o avanço da implantação das ideias do socialismo em todo o mundo. O resultado não poderia ser pior: um editorial atacando o marxismo, escrito por um racista de baixo nível cultural. Lamentável.

processou-se a fusão do capital bancário com o capital industrial, os monopólios buscaram novas áreas de investimento para seus capitais, buscaram os superlucros coloniais e deram intensa vida ao mercado mundial. Nas condições do mercado mundial organizado pelo imperialismo, os chamados países subdesenvolvidos passavam a ter seus destinos atrelados ao carro das «metrópoles»; mas em compensação, o sistema capitalista, em âmbito internacional, ficava exposto a sofrer um ataque na sua periferia.

Lenin percebeu genialmente as possibilidades revolucionárias criadas pela nova situação: as pernas do gigante tinham crescido muito, mas com isso o seu calcanhar de Aquiles podia levar, na Rússia, um golpe capaz de repercutir no estômago alemão, no fígado parisiense e nos pulmões londrinos. A tomada do poder, em 1917, confirmou a justeza da análise leninista: a imensa corrente imperialista tinha sido arrebitada no seu elo mais fraco. O JE, em sua pretensão de tornar-se professor de história, não devia se permitir uma subestimação tão bisonha da significação desse acontecimento, a ponto de falar dele como um mero «golpe de Estado». É ridículo referir-se, por exemplo, ao *putsch* de 1964 no Brasil como uma «revolução» (para agradar aos militares que o fizeram?) e tentar reduzir a profundíssima transformação social desencadeada em 1917 às proporções de um «golpe».

Mais ridículo ainda é dar a entender que, já que Marx nasceu na Europa, o marxismo estaria condenado a só ter legitimidade e influência no âmbito do continente europeu. O estágio já alcançado pelos estudos de história no nosso tempo não permite mais que nós trabalheemos com uma concepção estreitamente «geográfica» dos grandes fenômenos ideológicos. Quando as ideias têm alguma utilidade, os países costumam importá-las (independentemente do lugar onde nasceram) sem respeitar proibições alfandegárias. Acreditar que o marxismo deveria ter ficado limitado à Europa e querer que o budismo nunca tivesse chegado à China, que não existissem maometanos na Índia, que nas escolas brasileiras se estudasse a filosofia de Gustavo Corção em lugar da de Aristóteles ou da de Santo Tomás de Aquino.

Na realidade, o que irrita o JE não é a presença na África de uma corrente de pensamento «importada». Isto é, uma corrente de pensamento que não brotou do próprio solo do continente africano; o que irrita o JE é o fato dessa corrente ser o marxismo. Se os africanos tivessem querido «assimilare as concepções», digamos, de Salazar, o JE talvez assumisse um ar compungido, mas seguramente não investiria contra tal «assimilação» com a veemência com que investe agora contra a presença do marxismo na África.

O fato de tantos povos africanos se interessarem pelo marxismo leva o matutino da condessa Pereira Carneiro a formar uma o-

pinhão muito baixa a respeito desses povos. Leva-o ao absurdo de se referir a eles como países «terciários», recentemente «agraciados com o título de nações». No entanto, antes mesmo do Brasil ser descoberto, esses povos já tinham uma história própria, cuja riqueza está sendo justamente redescoberta em nossos dias. Já no Século VIII, os árabes falavam, por exemplo, do próspero Reino de Ghana, entre o Senegal e o Níger; não só o reconheciam como um país como chamavam-no «o país do ouro». No Século XIII, Sundiata Keita fundou o Império do Mali, que contava com um poderoso exército; e há uma crônica que registra a peregrinação que o imperador Kankou Moussa (que reinou de 1307 a 1332) fez à Meca, cumprindo seus deveres de maometano, peregrinação durante a qual ele distribuiu aos pobres quantidades de ouro capazes de provocar um enfarte no Sr. Mario Henrique Simonsen. Na mesma região, no Século XIV, floresceu o Império Songhay e prosperaram as Cidades-Estados do Eemim e dos Iorubás.

No sul da África, por outro lado, na área da Rodésia e de Mocambique, os makaranga fundaram o Império dos Mwanamutapa, que alcançou no Século XIV uma grandeza que pode ser avaliada através das ruínas de 68 cidades (inclusive a capital, Grande Dzimbabwe), atualmente objeto de apaixonados estudos arqueológicos. Evidência do intenso comércio que os mwanamutapas mantinham com o exterior: na Grande Dzimbabwe os arqueólogos encontraram objetos de vidro e porcelana provenientes da China.

Essas culturas foram destruídas pelo colonialismo português. Ao longo de vários séculos, os povos de Mocambique, de Angola e da Guiné-Eisso trataram de se revoltar contra o colonizador; nas últimas décadas, a revolta se elevou finalmente ao nível de um poderoso movimento revolucionário, que, através de muito sacrifício e heroísmo, permitiu que esses povos impusessem ao mundo o reconhecimento da sua condição de nações livres. Ao afirmar que eles foram «agraciados» com tal título, o JE — vítima de preconceitos colonialistas — mostra que não está em condições de ser aprovado no *exame de história* a que pretendeu submeter o marxismo.

F. Teixeira

«A Nova Ordem»

«Nelas (as reformas políticas), só há uma constante: a determinação de afastar a vontade popular do processo de escolha dos governantes (...) de isolar Estado e Nação, sociedade civil e aparelho administrativo (...) O país que entrou no sistema de produção competitiva em época tardia, que se industrializou também em período tardio, corre o risco de um acidente político: o corporativismo tardio (...) O novo ordenamento político (...) é mais centralizador, mais autoritário e mais frágil, em toda a imponentia de sua armadura constitucional».

É também parte de um editorial do JE (14/4/77). Digno, correto na análise, e mostrando que até a burguesia mais conservadora já reconhece o caráter fascista do regime.

Oposição sindical, sim. Movimento paralelo, não

A repressão terrorista, por um lado, e a tentativa de envolvimento através de medidas demagógicas, pelo outro, tais são as componentes básicas da política do regime militar fascista contra a classe operária — o setor de nossa sociedade que, de forma mais pesada, pagou os onus da super-exploração que o imperialismo e os grandes monopólios nacionais impuseram a nosso povo neste já bem longo período ditatorial.

É no quadro da pura demagogia que se inscrevem as ousadas insinuações do regime com respeito à questão de uma «maior autonomia sindical», ao tempo em que se vê obrigado a decretar férias de trinta dias e outras medidas já encaminhadas e propostas há muito tempo pelas forças democráticas em seu conjunto.

Ora, a classe operária já conhece bem as «promessas» dos atuais donos do poder, e tem mostrado em diversas oportunidades recentes não estar disposta a «aderir». Mas, ao mesmo tempo, luta contra as dificuldades que lhe são impostas pela realidade brasileira atual para encontrar os seus meios de organização e mobilização permanentes. E neste terreno que os comunistas vêm à importância da questão da autonomia sindical como bandeira de luta fundamental no quadro da conquista das liberdades democráticas plenas.

PROPOSTA CONCRETA

Vamos por pontos.

1) somos contra a subordinação e tutela do movimento sindical ao Ministério do Trabalho. Repudiamos veementemente toda e qualquer interferência dos poderes públicos na vida sindical, tais como a exigência de atestados ideológicos, ou o controle orçamentário e financeiro.

2) somos por uma estrutura sindical horizontal que vá desde a organização pelos municípios até uma central sindical nacional, nela se representando todos os trabalhadores brasileiros, inclusive os agrícolas.

3) somos integralmente favoráveis à organização dos trabalhadores por empresa, condição fundamental para a existência de sindicatos sólidos e firmemente sustentados pela base. Nesse sentido, lutamos pelo reconhecimento dos delegados e comissões de empresa. Esses deverão ser eleitos diretamente pelas bases e deverão gozar da mesma proteção outorgada às diretorias sindicais.

4) somos pela democratização dos organismos de segundo grau; por isso propugnamos por sua eleição direta pelas massas sindicalizadas.

5) sustentamos que todos os trabalhadores, qualquer que seja a sua função, categoria ou atividade, têm direito à sindicalização e que cada sindicato deve ser livre para elaborar os estatutos e normas que regerão sua atividade.

6) defendemos o direito soberano das organizações sindicais se filiarem livremente aos organismos sindicais internacionais de sua escolha.

7) somos integralmente favoráveis às contratações coletivas (contratos coletivos de trabalho) livremente negociadas entre patrões e empregados, nas quais o direito de greve é corolário.

8) somos pela participação do trabalhador na gestão da Previdência Social e demais organismos públicos de caráter social e de planificação, através de delegados eleitos diretamente pelos sindicatos.

Tais posições não são novas. Os comunistas e outras forças progressistas as têm sustentado firmemente desde que a legislação sindical vigente, copiada da Carta del Lavoro do fascismo mussoliniano, limitou grandemente a autonomia da organização sindical, e sujeitou-a à interferência do Ministério do Trabalho.

Antes do golpe de 1964, esta plataforma, tomada à busca permanente da unidade da classe operária, permitiu que os comunistas, aliados aos socialistas, trabalhistas e militantes operários saídos das organizações cristãs, impusessem uma autonomia sindical de fato, e isolassem as direções sindicais pelegas, patronais ou ministeriais.

Após a implantação da ditadura militar fascista, as condições de tutela e controle policiais nos sindicatos, onde se acentuou a dita exigência do atestado de ideologia; sucederam-se as intervenções ministeriais e policiais nos sindicatos, onde se acentuou a tutela do Ministério do Trabalho. Tornou-se proibido o direito de greve. As negociações salariais ficaram reduzidas a nada, já que os índices de reajustamento passaram a ser estabelecidos pela ditadura, através de decreto. Com isso, a ditadura visou a reduzir os sindicatos a meras entidades assistenciais.

Entretanto, no seio da classe operária e das correntes políticas atuantes nos sindicatos processaram-se profundas modificações.

Os movimentos organizados por pelegos, tais como o de Renovação Sindical e o Sindical Democrático, desapareceram. Foram no entanto os seus membros — anteriormente expulsos das direções sindicais através do voto das massas — que ocuparam, a partir de 1964, a chefia sindical na condição de interventores. Com centro orientador de sua ação política, permaneceram o Ministério do Trabalho e a ORIT (a-

través do programa de bolsas para «capacitação sindical» nos Estados Unidos, e da Escola Sindical de São Paulo).

Tal realidade, no entanto, não se impôs. Na medida em que as eleições sindicais se sucediam, foi surgindo e se formando um novo tipo de liderança, quase toda gestada depois de 1964 — e em boa medida, no seio da própria direita sindical — bastante diferenciada dos antigos pelegos. Era uma consequência natural do combate entre a farsa da ditadura e a realidade do dia-a-dia da classe operária. Nas entidades de segundo grau porém, em função de sua estrutura anti-democrática e seu afastamento das massas, os campistas e previalistas continuam a reinar de forma quase absoluta.

Mas do lado das forças democráticas, o que é natural, as velhas lideranças, obrigadas a se afastarem pela ação da repressão assassina, perderam influência, e uma nova corrente surgiu na luta.

«OPOSIÇÃO SINDICAL»

Trata-se de uma corrente extremamente heterogênea, englobando grupos, personalidades e forças político-sociais diversas, conhecida pelo nome de «Oposição Sindical». Mas sua definição é clara: «um movimento democrático e unitário dos trabalhadores, situado no interior da legalidade sindical».

Ao examinarmos as plataformas e documentos da grande maioria dessas forças atuantes nos sindicatos, bem como os emanados de encontros, conferências e congressos sindicais, um primeiro ponto se destaca: o completo isolamento e a inexpressividade das teses pseudo-revolucionárias pregando o sindicalismo paralelo. Ao contrário, são proposições de mobilização visando a dividir não as forças democráticas, mas sim os serviços da ditadura. É o inimigo que tem que ser dividido e não nós, e a realidade mostra que a classe operária está vendo isso com muito realismo.

Abrem-se, portanto, extraordinárias perspectivas para as ações unitárias, condição indispensável para o rompimento das poderosas barreiras que o regime militar fascista ergueu contra a participação da classe operária na vida nacional.

Esta preocupação pela unidade da classe operária é tanto mais importante quando suas ações sofrem transformações quantitativas e qualitativas. As greves que se davam quase que exclusivamente pela defesa do direito elementar de receber os salários não pagos, evoluíram nos últimos tempos, buscando romper o cerco da política salarial da ditadura em seu aspecto global. Já se manifestam as paralisações contra as brutais cadências de trabalho no interior das empresas. Mas estes são apenas passos na conquista do fundamental: uma autêntica liberdade sindical, que só será alcançada na medida em que a classe operária convirja unida para a luta geral pela derrubada do regime fascista, e pelo estabelecimento de uma democracia plena. E nesse sentido que analisamos e valorizamos a «Oposição Sindical».

Mário Motta

Política do regime no campo: «e foi proclamada a escravidão»

Nosso jornal tem denunciado repetidas vezes o conteúdo altamente nocivo, antipopular e antinacional da política agrária de modernização indiferenciada, e de obsessão empresarial, que a ditadura militar fascista vem implementando no País. Tal posição reflete a preocupação constante que o PCE vem dedicando aos problemas agrários, assim como à tomada de consciência por parte dos setores mais representativos do conjunto de forças democráticas de que os trabalhadores do campo e os pequenos e médios camponeses constituem um setor fundamental na composição de um bloco antifascista verdadeiramente forte.

Os comunistas sabem que a incorporação organizada destes setores não é uma tarefa fácil. A repressão que se abateu sobre o movimento camponês a partir de 1964, o assassinato de muitos de seus líderes (a eliminação física de posseiros continua sendo um fato do cotidiano), o cerceamento das atividades das organizações sindicais, assim como sua total exclusão das decisões relativas ao setor agrícola, são fatores que muito influem para isso. Mas tais obstáculos, longe de serem motivos de arrefecimento, devem se constituir em um desafio e um estímulo para que o conjunto das forças democráticas brasileiras aprofundem sua análise dos problemas da agricultura brasileira, como forma de aprimorar o seu trabalho político no campo.

Recentemente, o movimento camponês obteve uma grande vitória. A Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de São Paulo (FETAESP), que congrega 105 sindicatos com 800.000 trabalhadores rurais, obteve através do primeiro dissídio coletivo de trabalhadores do campo em todo o País uma série de relevantes conquistas, entre as quais um aumento salarial de 43%, envelope de pagamento, transporte gratuito de ida e volta ao local de trabalho, e instrumentos de trabalho. Se é verdade que a organização patronal recorreu imediatamente contra a decisão do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo, classificando de ilegal a

representação dos sindicatos rurais pela FETAESP, isto não impede de constatar que a vitória dos trabalhadores do campo paulistas representa um grande avanço no processo de mobilização das massas camponesas.

Na luta dos trabalhadores rurais paulistas, um papel de relevância foi exercido pelo numeroso contingente de trabalhadores volantes (os bóias-frias) — mais de 400.000 — que assumiram a vanguarda da organização do movimento e da elaboração da plataforma de luta. Ao salientar esta importância dos bóias-frias na vitória dos camponeses paulistas, julgamos oportuno chamar a atenção para alguns problemas relativos a esta categoria de trabalhadores.

O acelerado crescimento do seu número (segundo os cadastros do INCRA em 6,8 milhões em 1972 e, presentemente, já teriam ultrapassado a casa dos 8 milhões em todo o País) encontra suas origens principais em três fenômenos ligados ao processo de desenvolvimento do capitalismo na economia e, particularmente, na agricultura brasileira. O primeiro deles é o avanço permanente e avassalador das grandes lavouras, de exportação ou não, altamente subsidiadas e amparadas pelos tecnocratas da ditadura e, portanto, bastante mecanizadas. Daí originou-se a eliminação do tradicional sistema de colono, já que os trabalhadores que viviam em fazendas se viram obrigados a deixá-las, deslocando-se para cidades da zona rural, onde passaram a oferecer sua força-de-trabalho para todo o tipo de ocupação temporal. Ao mesmo tempo, e como consequência do tratamento ultra privilegiado dado à agricultura empresarial, principalmente aquela de exportação, o setor de bens de consumo essenciais para as camadas populares (arroz, feijão, produtos hortigranjeiros) foi abandonado pelo governo e deparou-se com uma crise sem precedentes na história da agricultura brasileira (a área cultivada com tais produtos vem sofrendo acentuado declínio depois de 1970). Como resultado, o setor — constituído de minifundistas e pequenos proprietários, na sua maioria — entrou num processo de pauperização pro-

gressiva e que chegou a transformar muitos deles em bóias-frias. Por último, o contingente de trabalhadores volantes é ainda engrossado por outra categoria de pequenos proprietários: a que constituía o acritório verde dos grandes centros urbanos, e que a especulação imobiliária, amparada na vicejante corrupção da administração pública vai expulsando impiedosamente.

Por tais elementos, o crescimento do número dos trabalhadores volantes pode ser caracterizado como consequência da penetração do capitalismo no campo. Porém, tal constatação não deve levar a que se identifique a realidade e o universo econômico e político dos bóias-frias como exclusivamente capitalista. Em primeiro lugar, existem diferenças regionais significativas: o trabalhador volante do Paraná e de São Paulo, que vive em centros urbanos mais adiantados e de certa magnitude demográfica, podem ter uma experiência mais rica do ponto de vista sócio-político do que os bóias-frias das regiões mais atrasadas. No período da entressafra ele procura executar trabalhos nas zonas urbanas (biscates, construção civil, emprego doméstico, etc.) o que lhe dá, de forma incipiente e verdadeira, uma caracterização operário-camponesa, ou melhor, camponesa a tempo parcial, que de certa maneira conduz a uma ampliação de sua consciência política. Mas isto não os desliga do problema terra. Várias pesquisas sobre os bóias-frias em São Paulo têm mostrado que as reivindicações mais sentidas são *emprego fixo, casa própria e um pedaço de terra*.

Há ainda a considerar a situação bastante diversa que se registra em outros Estados economicamente menos desenvolvidos que São Paulo e Paraná. Em sua edição de 10/4/77, o ultra-reacionário jornal *O Globo* publicou uma dramática reportagem (que não deve ter sido submetida à censura que os Merinhos exercem sobre seus profissionais) sobre os chamados enortistas em Minas Gerais e Goiás. Sobre os que trabalham na terra em troca de comida, de roupa e do chinelo; sem

salário, portanto. Ou seja, nas condições básicas da escravidão, que se afirmam mesmo a partir da forma como são arrematados pelos fazendeiros da região.

O «rato de compra» dessa mão-de-obra obrigada a emigrar do Norte e do Nordeste para poder sobreviver fisicamente se efetiva através do pagamento, por parte do fazendeiro, dos gastos de transporte ao «rato» que traz o trabalhador desde sua terra de origem, e à dona da pensão que o guarda e alimenta enquanto ele não é «contratado». Estes trabalhadores, ao tomarem contato com a realidade que lhes é imposta, tentam, em alguns casos fugir. Mas os fazendeiros têm seus «serviços de segurança», que não só capturam os revoltados, como também os submetem a cruéis punições, que vão do espancamento à prisão, passando pela submissão à jornada dupla de trabalho.

Não é necessário agregar que este sistema de trabalho escravo funciona livremente, sem que nenhuma Delegacia de Trabalho interfira, e sem que nenhuma das vozes responsáveis pela chamada «modernização» na atual assessoria do Ministério da Agricultura, se levante para protestar.

Estes são pois alguns aspectos da complexa realidade de nossa agricultura, onde os brutos contrastes que nela se observam devem ser compreendidos, em última instância, no contexto do padrão de desenvolvimento do capitalismo no Brasil. Um desenvolvimento bastante próximo do modelo prussiano, ou seja, através do avanço das forças produtivas e do predomínio das relações de produção capitalista, sem que haja uma ruptura com o modo de produção antes existente, mas sim através da adaptação e da incorporação da velha ordem com todos os seus males.

É claro que, em nosso País, os desequilíbrios e contradições históricos deste padrão de desenvolvimento capitalista são agravados pela política antipovo da ditadura fascista. Torna-se portanto uma tarefa prioritária para as forças democráticas o aprofundamento da análise sobre o modelo de desenvolvimento do capitalismo no Brasil, como via efetiva para o desenvolvimento, por um lado, de um combate baseado em conclusões científicas e, por outro, do encaminhamento da organização do conjunto de forças que têm interesse real e objetivo no fim da política agrária que nos é imposta pela ditadura.

Edmundo Cerejo